

---

## **CIDADE E IDENTIDADE: uma análise do projeto de revitalização do centro de Teresina.**

Sofia Laurentino Barbosa **PEREIRA**

Bacharel em Serviço Social, Especialista em Projetos Sociais: Elaboração e Captação de Recursos, Mestranda em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí, em Teresina (PI).  
sofia\_lbp@hotmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8747804572721413>

Samuel Soares Campos **NOGUEIRA**

Bacharel em Direito, Pós-graduando em Direito Constitucional, Universidade Estadual do Piauí, em Teresina (PI).  
samueladvcon@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/3037924858601507>

---

**Resumo:** O presente trabalho teve como finalidade realizar uma análise do Projeto de Revitalização do Centro de Teresina, tomando por base seus aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos. Adquire importância dentro do debate sobre a dinâmica urbana, as políticas públicas e ação dos governos municipais nas grandes cidades brasileiras, a partir de 1990. Para tal escopo, foi feita uma pesquisa bibliográfica, tomando como temas centrais a Política de Desenvolvimento Urbano no Brasil e em Teresina, seu Planejamento Urbano, os Processos de Gestão Pública envolvidos, um estudo acerca da evolução das cidades e sua transformação com o capitalismo globalizado e uma análise histórica da cidade de Teresina. Dessa forma, a Revitalização do Centro de Teresina foi abordada além de sua dimensão resultada do desenvolvimento econômico, mas principalmente enquanto local da constituição da cultura da cidade, da identidade, lugar de memória e de pertencimento ao longo do tempo. Concluiu-se que, embora tenha aumentado a ação governamental no sentido de preservar o espaço físico e estrutural do centro de Teresina, a preservação da identidade e cultura de seu povo ainda encontra-se carecedora de políticas efetivas.

**Palavras-chave:** Política Urbana; Projeto Sociocultural; Identidade.

### **CITY AND IDENTITY: an analysis of Teresina's Downtown Revitalization Project**

**Abstract:** This work intended to proceed an analysis of Teresina's Downtown Revitalization Project, considering its historical, social, cultural and economic aspects. It acquire relevance to the urban dynamic's debate, the public policies and the municipal government actions in brazilian's big cites, since 1990. To achieve this purpose, it was made a bibliographical research, based on central topics as Policy of Urban Development from Brazil and Teresina, its Urban Planning, the involved Public Management Process, a study of the city's evolution and transformation on global capitalist context and a historical research of Teresina. Therefore, Teresina's Downtown Revitalization was discussed beyond its economical dimension, but especially as a place of cultural construction, identity, memory place and permanency build over time. It was concluded that, although the increase of governmental

actions to the preserve the physical space and structures at Teresina's downtown, the identity and culture preservation still got phew effective policies.

**Key-words:** Urban Policy; Social-cultural Project; Identity.

### **VILLE ET IDENTITÉ: une analyse du projet de revitalisation du Centre-ville de Teresina**

Le présent travail vise à atteindre une analyse du projet de revitalisation du Centre-ville de Teresina en fonction des aspects historiques des aspects sociale, culturelle et économique. Il acquiert une importance dans le débat sur les dynamiques urbaines, les politiques publiques et les actions des gouvernements municipaux dans les grandes villes brésiliennes depuis 1990. Pour cette raison, nous avons effectué une revue de la littérature, possédant comme thèmes centraux la politique de développement urbain au Brésil et à Teresina, comme l'urbanisme, les processus de gestion publique, ainsi que d'une étude sur l'évolution des villes et de leur transformation avec le capitalisme mondialisé, ainsi que d'une histoire de la ville de Teresina. Ainsi, la revitalisation du centre-ville de Teresina sera abordée en plus de sa dimension de développement économique, mais surtout comme un lieu d'établissement de la culture de la ville, l'identité, le lieu de mémoire et d'appartenance au fil du temps. Il a été conclu que, bien que l'action accrue du gouvernement de préserver l'espace physique et structurelle dans le centre de Teresina, la préservation de l'identité et de la culture de ses habitants toujours couché politiques carecedora efficaces.

**Mots-clés:** Politique Urbaine; Projet socio-culturel; Identité.

### **INTRODUÇÃO**

Pode-se perceber, em estudos relacionados à questão urbana da cidade de Teresina, que estes primam por uma análise sob a perspectiva político-econômica. Neste sentido, este trabalho, observando lacunas, visou realizar um estudo sobre esta temática em uma perspectiva sociocultural.

Analisar o Projeto de Revitalização do Centro de Teresina consiste no objetivo do presente trabalho. Considera-se de grande importância o mesmo, ao considerar os aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, no intuito de fornecer informações estratégicas sobre a realidade da cidade a partir de 1990.

Para esta análise, faz-se necessária discutir o desenvolvimento das cidades brasileiras sob a ótica da cultura e identidade, além de efetuar um estudo histórico-crítico acerca do surgimento e desenvolvimento do centro da cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí.

### **METODOLOGIA**

A metodologia utilizada neste estudo foi a pesquisa bibliográfica, onde foram consultadas várias literaturas relativas ao referido tema, que possibilitaram que este trabalho

tomasse forma para ser fundamentado. Segundo Marconi e Lakatos (1992), essa modalidade de pesquisa consiste no levantamento de toda bibliografia já publicada, tendo como finalidade fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando na análise de sua pesquisa ou na manipulação de informações.

Dessa forma, por intermédio da pesquisa bibliográfica, foi possível realizar uma análise do Projeto de Revitalização do Centro de Teresina sob uma nova abordagem, obtendo-se um panorama mais completo sobre a questão, através do fornecimento de considerações mais consistentes sobre a realidade.

O estudo compreendeu, como temáticas centrais: a Política de Desenvolvimento Urbano no Brasil e em Teresina, o Planejamento Urbano, os Processos de Gestão Pública e o levantamento histórico-evolutivo das cidades, estando contidas aqui as influências do capitalismo globalizado em sua transformação.

Dentre as bibliografias consultadas, é importante ressaltar as seguintes: a Lei Municipal nº. 3.151, que institui o Plano de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, que considera a Agenda 2015 como Plano Diretor de Teresina (2002), pois contém informações importantes sobre a evolução das políticas de desenvolvimento urbano na cidade de Teresina; o livro Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública, da autora Antonia Jesuíta de Lima (2007), também foi essencial, pois contribuiu para compreender a complexidade do espaço urbano; o livro Regeneração Cultural em cidades do terceiro mundo, de Lilian Fessler Vaz (2002), que acrescentou à discussão acerca do planejamento urbano em cidades com contexto de subdesenvolvimento, abordando a revitalização de cidades históricas e a relação entre cultura e desenvolvimento; e, por fim, o diagnóstico em andamento consubstanciado na Agenda 2030 de Teresina, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação da capital piauiense.

O cenário escolhido para esta pesquisa foi Teresina, capital do Estado do Piauí, mais especificamente no que diz respeito a seu centro histórico. A delimitação da área físico-espacial está baseada no primeiro plano urbanístico da cidade de Teresina, proposto pelo Conselheiro Saraiva, ficando contida no perímetro da Beira-Rio, seguindo a Rua Desembargador Freitas, prosseguindo em direção à Rua 24 de Janeiro, percorrendo a Rua de Olavo Bilac e retornando à beira do Rio Parnaíba.

Neste sentido, a Revitalização do Centro de Teresina pôde ser abordada além de sua dimensão de desenvolvimento econômico, mas principalmente enquanto local da constituição da cultura da cidade, da identidade, lugar de memória e de pertencimento ao longo do tempo.

## **CIDADE, IDENTIDADE E CULTURA.**

Nesta discussão, a cidade será abordada sob a ótica da cultura e identidade. As expressões cidade, cultura e identidade estão presentes em todos os lugares, pois são passíveis de serem apropriadas em sentidos e intenções diferentes.

Por isso, torna-se necessário, antes de adentrar nas peculiaridades da presente obra, entender os referidos conceitos, bem como delimitá-los, sob diferentes primas, e relacioná-los com o processo de desenvolvimento ou mudanças ocorridas no centro da cidade de Teresina.

Em obra que analisa a atividade de regeneração cultural em países de terceiro mundo, Vaz (2004) aponta uma transformação conceitual de cidade. O autor afirma que a cidade industrial surge para enfrentar os desafios atinentes à prevenção, direcionamento e controle de mudanças, o que fortificou o urbanismo e o planejamento urbano. Ademais, a mesma autora aponta que a cidade pós industrial se difundiu por meio de novas formas de intervenção, seja por meio de planos estratégicos ou por específicos projetos urbanos. Conclui que, respectivamente, o primeiro momento estaria ligado à organização de bens materiais, aqui incluindo os bens materiais não correntes, e no segundo objetivou a organização dos bens imateriais, sejam serviços, informações, símbolos ou valores.

Seguindo tal percurso, a cultura também passaria a ser um dos centros de atenção, pois consiste em verdadeiro elemento propulsor da economia, fazendo surgir uma ideia de economia cultural (VAZ, 2004). Para a autora, somente através da cultura que as cidades poderão se individualizar, marcando seu lugar no panorama mundial e acentuando sua identidade.

Siqueira (2009) coloca a construção da identidade interligada com as transformações sociais, culturais e históricas que trazem mudanças e impacto à vida das pessoas. Para a autora, a história de um povo fica gravada na sua memória individual e coletiva, por intermédio da preservação dos hábitos, tradições, patrimônio arquitetônico e cultural da cidade, entre outros. Por isso, a identidade esta intimamente ligada à cultura e as atividades da pessoa humana, a sua história de vida, religião e no conjunto que conformam sua localização enquanto sujeitos de um dado tempo histórico.

De forma convergente, Castells (2000) corrobora na caracterização de identidade, afirmando que esta presume a realidade social na qual o ser humano está inserido e como nela se situa, revelando assim a condição de vida do sujeito. Dessa forma, a identidade é fonte de significado e experiência de um povo, com base em atributos culturais relacionados que prevalecem sobre outras fontes.

Sobre o termo cultura, Kishimoto, Marinho e Russeff (2002) afirmam que, não obstante seu emprego aleatório nas diversas áreas do conhecimento, o que torna o próprio conceito vago, é possível identifica-la como um conjunto de atividades e crenças, concebido para enfrentar as adversidades de um determinado ambiente. Entendendo sua importância para o próprio desenvolvimento local, projetos no sentido de preservá-la se tornam indispensáveis, possibilitando a própria afirmação da identidade e possibilitando uma melhor solução dos problemas que, porventura, venham a surgir.

Nesse contexto, faz-se cada vez mais necessário o debate acerca da importância do patrimônio como expressão de cultura e de identidade. O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem para o despertar da cidadania que expressam a história e a tradição local e regional, por isso, acredita-se que o patrimônio aguça o sentimento de pertencimento. Sua revitalização é uma alternativa para o desenvolvimento que viabiliza a inserção social da comunidade.

### **O desenvolvimento das cidades no Brasil**

O Brasil, na década de 1990, foi marcado por profundas transformações nas esferas econômica e política. Dentre elas, merece destaque o processo de globalização, que interferiu diretamente na orientação das políticas urbanas e no planejamento para as cidades do país. Nesse período, houve uma retração dessas políticas voltadas para uma gestão pública democrática e descentralizada. O planejamento e a gestão urbana passaram a ser conduzidos com base em preceitos neoliberais, que visavam o gerenciamento da cidade conforme os mecanismos de controle da empresa urbana, pensando a cidade através de um planejamento estratégico (FAÇANHA, 2007).

Entretanto, foi em 1937 que a preservação dos bens culturais passou a ser regulada. Criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, que tem como finalidade promover, em todo o país, de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional (ADAMS, 2002).

Vaz (2004) ressalta que, no momento atual, a cidade pós-industrial necessita de novas formas de intervenção, com ênfase em planejamento estratégico e projetos urbanos, de forma a adequar a cidade a produção imaterial, ou seja, serviços, informações, símbolos, valores, estética, além de conhecimento e tecnologia. Essa nova economia pós-industrial deixa de ser informacional para se tornar cultural. Como afirmado, a cultura vem se tornando uma grande estratégia da regeneração urbana.

Segundo o autor, as transformações espaciais não podem mais ser consideradas apenas em sua dimensão física e territorial, mas também sua ordem simbólica. O lugar, a imagem e a identidade, elementos profundamente ancorados na cultura local se tornaram fundamentais. Nesse mundo globalizado, que gera cada vez mais uma homogeneização, a identidade local de uma cidade se torna essencial; e essa identidade se relaciona com a imagem e cultura local. Portanto, é através da cultura que as cidades podem manter sua individualidade. Além disso, a economia cultural tem uma grande importância, pois envolve a indústria cultural, a indústria do turismo e a economia simbólica.

As intervenções que vem buscando a readaptação das cidades a novas situações e contextos recebem também novas denominações, como renovação, reestruturação, revitalização, reabilitação, regeneração, dentre outras. Vaz (2004) afirma que emerge um novo renascimento urbano a partir de planos e projetos nos quais a cultura se destaca como principal estratégia, e a ênfase das políticas urbanas recaem sobre as políticas culturais. É a chamada regeneração cultural que origina um planejamento culturalizado, que vem sendo difundido por muitas cidades.

Segundo Adams (2002) a preservação transcende a recuperação dos edifícios isolados e dos monumentos, para se estender a paisagem urbana de qualidade cultural.

Os objetos valorizam-se não só pelo aspecto artísticos, como pela projeção sociocultural, integrando-se a vida cotidiana dos cidadãos. A procura por uma identidade requer muito mais que a manutenção de formas congeladas no tempo e a valorização plena das coisas autênticas: exige sua reutilização com um sentido social (ADAMS, 2002, p.20).

Para Vainer apud Façanha (2007) o discurso do planejamento estratégico segue três concepções: a cidade como mercadoria, a cidade como empresa e a cidade como pátria. Nas duas primeiras segue a orientação de um funcionamento empresarial, enquanto na última busca um discurso de uniformização dos interesses, sob a ideia de construção de consensos em torno das questões urbanas. Foi essa ótica que orientou esta análise do planejamento estratégico de Teresina.

## **A cidade de Teresina**

A formação da cidade de Teresina tem suas origens em 1760, na barra do Rio Poti. Em 1852 foi publicada a Lei que autorizou a transferência da Capital do Piauí de Oeiras para a Teresina, cujo nome fora dado por Saraiva em homenagem a Imperatriz do Brasil, Teresina Cristina Maria de Bourbon, mulher de Dom Pedro II. Foi a primeira cidade brasileira

construída em traçado geométrica e teve sua planta primitiva traçada pelo seu próprio fundador: José Antônio Saraiva (CHAVES, 1998).

O Centro da cidade de Teresina foi planejado, desde a sua origem, pelo Conselheiro Saraiva, em 1852, que elaborou o primeiro modelo de ocupação espacial da cidade, projetando-a em formato de tabuleiro de xadrez, com ruas alinhadas, quarteirões pequenos e um grande largo circundado por prédios administrativos e religiosos, denominado Largo do Amparo, que constitui o Marco Zero de Teresina (TERESINA, 2002).

No início, a região central era a mais movimentada da cidade, que possuía, como ocupação do solo, as residências, os prédios institucionais da Administração Pública, os pontos comerciais, as praças, o Clube dos Diários, o Theatro 4 de Setembro e, posteriormente, os cinemas. Nesta localidade, também estavam implantadas a zona boêmia, com seus bares e cabarés, bem como a zona do porto, ribeirinha ao Rio Parnaíba. A cidade foi se expandindo e o Centro foi, cada vez mais, se caracterizando por sua tendência comercial (TERESINA, 2002).

Teresina teve, entre 1930 e 1960, um crescimento impulsionado pela economia da cera de carnaúba e da amêndoa de babaçu, cujo extrativismo já ocorria desde as primeiras décadas do século XX. A partir de 1940, devido ao crescimento da população e o aumento da arrecadação de tributos, começou a se pensar em um projeto de modernização para a capital. Nesse momento Teresina passou a ser transformada em uma cidade moderna, com alguns símbolos da modernidade sendo incorporados no cotidiano da cidade e de seus habitantes. Entretanto, apesar da incorporação de elementos representantes da modernidade, esses não imprimiram um processo de grandes transformações nos modos de viver e conviver dos teresinenses. Vários costumes permaneceram e marcaram cultura e identidade da cidade (SÁ FILHO, 2007).

Siqueira (2009) ressalta que, ao final dos anos 1960, em Teresina, teve início um processo sócioespacial relevante, o Centro Tradicional de Teresina, devido às diversas transformações decorrentes do processo de modernização, passou a ser abandonado pelas elites como espaço residencial, passando a ser considerado como uma área depreciada e desvitalizada aos olhos das classes dominantes.

Com o crescimento da cidade vieram os problemas decorrentes da urbanização. As pessoas que lá moram vem perdendo a privacidade, em decorrência da existência de inúmeros prédios, estabelecimentos comerciais, hospitalares, pensões e outros que surgem em todos dos domicílios, além da poluição, do barulho dos automóveis, dos ônibus e também a pressão de especuladores imobiliários na tentativa de compra dos imóveis remanescentes. Além desses

problemas, faz-se importante ressaltar a insegurança na região central de Teresina, motivada pela violência urbana.

Segundo Siqueira (2009), em virtude dessas transformações, alguns hábitos antigos e costumeiros se perderam, e foram desaparecendo totalmente do cotidiano dos habitantes do Centro da cidade, fazendo com que estes ficassem limitados aos espaços privados de suas residências.

As transformações que a cidade de Teresina vem sofrendo ao longo dos anos têm contribuído para que a memória sobre a capital vá se desgastando, principalmente na área central onde tais mudanças agem no sentido de descaracterização no tocante aos seus traços arquitetônicos originais. Nesse sentido Melo (2005, p.23) coloca que “[...] as edificações, as praças, os lugares, vem perdendo suas características originais, sendo apagadas da memória do teresinense”.

Devido ao rápido crescimento da cidade, vários planos urbanos passaram a ser propostos. Em 1969, foi elaborado o PDLI (Plano Diretor Local Integrado) pela empresa baiana COPLAN. Em 1977, o 1º PET (Plano Estrutural de Teresina), elaborado pelo IPAM (Instituto de Planejamento e Administração Municipal) por equipe de Brasília. Em 1983, a Fundação Joaquim Nabuco, de Recife, elaborou o PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano), que não chegou a ser concluído. Em 1987, ocorreu o Seminário Planejando Teresina, que contou com discussões técnicas junto à comunidade, aliadas aos estudos iniciais do PDDU, para fundamentar o 2º PET, que em 1988 é concebido composto de recomendações (TERESINA, 2002).

Foi a partir de 1989, que o Centro passou a receber mais atenção por parte do planejamento municipal, tendo ocorrido nesse ano, o Fórum sobre o centro da cidade de Teresina, no qual houve discussões sobre o transporte urbano, limpeza urbana, segurança das edificações, arborização, equipamentos e mobiliário urbano, atividades informais do centro, proteção ao meio ambiente e ao patrimônio histórico, obras públicas e deveres de ordem pública (TERESINA, 2002).

Esse Fórum teve grande importância, pois a partir dele se iniciou o processo de discussão específica da área central, apesar de não ter utilizado uma metodologia de trabalho, tendo deixado algumas discussões muito dispersivas e com pouca objetividade no que diz respeito a diagnóstico e propostas. Em 1997, ocorre outro encontro de discussão sobre o Centro, o Fórum de Revitalização do Centro de Teresina, organizado pela Prefeitura Municipal, por intermédio das Secretarias Municipais de Indústria e Comércio/SEMIC e de Planejamento/SEMPPLAN. Neste Fórum, o CDL se faz presente e reivindica uma série de



medidas a serem tomadas pelo poder público no que diz respeito, principalmente, à ocupação das atividades do comércio ambulante na área central.

Em 2001 foi elaborado um documento que apresentava um diagnóstico realizado sobre o Centro de Teresina, tendo sido elaborado pelo Grupo de Trabalho “Revitalização do Centro”, integrante do Planejamento Estratégico de Teresina, Agenda 21. Esse documento propunha um planejamento estratégico para que o Centro de Teresina pudesse ser revitalizado, pois afirmava que “atualmente, o Centro histórico de Teresina, tal qual o de outras cidades brasileiras, encontra-se em um caos ambiental, devido a questões de polifuncionalidades, descaracterizações de suas paisagens urbanas naturais e construídas, entre outras tantas causas” (TERESINA, 2002).

Em 2006, com a Lei nº 3.558, foi reinstituído o Plano Diretor de Teresina, denominado Plano de Desenvolvimento Sustentável – Teresina Agenda 2015, que foi considerado a primeira experiência de planejamento em longo prazo de Teresina, somando as medidas do governo com a participação popular.

Essa lei tinha como finalidade agir enquanto instrumento normativo e orientador dos processos de transformação urbana, nos seus aspectos políticos, sociais, físico-ambientais e administrativos, de forma a orientar o desenvolvimento sustentável do município de Teresina. Dentre os objetivos físico-ambientais da Agenda 2015, intimamente relacionados à Revitalização do Centro de Teresina, estava a reabilitação da paisagem urbana, a preservação do patrimônio histórico e cultural, o zoneamento mais adequado às atividades de polarização urbana (evitando a saturação do centro), a organização das atividades comerciais no Centro e a integração da sociedade civil às políticas públicas, buscando parcerias interinstitucionais que pudessem visar o desenvolvimento socioeconômico e cultural do Centro.

A Lei constitui diretrizes relativas à revitalização do centro urbano, dentre elas: a revisão da legislação ambiental no que se refere ao patrimônio construído; a criação de um departamento específico para a gestão do centro da cidade; a articulação de instituições públicas e sociedade civil com atuação no Centro; a promoção de campanha relativa ao patrimônio e à memória, história e contemporaneidade do Centro; a preservação, através de tombamento, as praças do Centro Histórico e seus entornos imediatos; a construção de espaços para vendedores ambulantes; a realização de eventos culturais em locais no Centro; a construção de novos equipamentos de lazer e cultura no Centro; a adoção do Centro de segurança e limpeza urbana, principalmente à noite, a fim de evitar a marginalização da área; o desenvolvimento de programas habitacionais para implantação de moradias no centro, com

prioridade para os que ali vivem ou trabalham; a realização de projetos de melhoria física e paisagística no centro, tornando-o mais atrativo (TERESINA, 2006).

Corroborando com a Agenda 2015, nesse mesmo ano de 2006 foi instituída a Lei nº 3.602, que tinha por finalidade estabelecer as prescrições relativas à preservação da memória, através do processo de tombamento dos bens representativos do patrimônio cultural do Município de Teresina. A partir desta lei, o Poder Público Municipal fica responsável pela implementação da política de proteção e valorização do patrimônio cultural e pela promoção contínua da conscientização pública para a conservação do patrimônio cultural.

A Agenda 2015 foi a primeira experiência de pensar Teresina a longo prazo, em uma visão conjunta. O poder público constituído, a sociedade civil organizada, o cidadão e o setor privado, reunidos, esboçaram a cidade ideal. A experiência permitiu avanços e, por certo, a Agenda 2030, com experiência adquirida, ajudará a visualizar uma cidade mais justa e com melhor qualidade de vida, no futuro próximo. Houve muitos acertos e muitos avanços sociais, econômicos e urbanísticos. Algumas ações não foram realizadas e outras, só agora, depois de passados quase 10 anos da sua previsão, foram realizadas ou iniciadas.

Dessa forma, em 2013 foi lançada, pela Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina, a Agenda 2030. De acordo com os diagnósticos da Agenda 2030, a maior parte do patrimônio edificado da cidade está na região central, o chamado Centro Histórico de Teresina, principalmente o acervo existente no entorno das praças. Há legislação específica que trata da proteção do patrimônio histórico, porém não há uma política eficaz na proteção da história da cidade.

O interesse comercial está levando à destruição clandestina do patrimônio arquitetônico e histórico, para construção de estacionamentos. Ao mesmo tempo, observa-se uma crescente poluição visual pelo uso indevido e excessivo de letreiros que cobrem as fachadas das edificações

A Agenda 2030 (TERESINA, 2013) ressalta como parte do patrimônio histórico e cultural de Teresina:

- Praça Marechal Deodoro da Fonseca (Praça da Bandeira) – Contém a primeira igreja da cidade; antecipou a sua fundação, concentrado todo o poder da época, seja o executivo, o legislativo, o judiciário e a igreja. Principais prédios: Igreja Nossa Senhora do Amparo, Ministério da Fazenda, Arquivo Público (Casa Anísio Brito), Banco do Nordeste (antigo local onde morou mestre Isidoro França), Palácio da Cidadania (Antiga Justiça Federal), Fundação Wall Ferraz (antiga Intendência), Prefeitura de Teresina (antiga Escola Normal), Fundação Cultural do Piauí (antiga Assembleia Legislativa), COMEPI (antiga Alfândega), Troca-Troca,

Shopping da Cidade, Mercado Central, Museu do Piauí (Casa Odilon Nunes), Luxor Hotel (antigo Hotel Piauí), Teatro de Arena (Complexo Cultural Hélio Correia Lima), Coluna em homenagem ao Conselheiro Saraiva e o Marco Zero.

- Praça Rio Branco – Foi no século passado a praça preferencial dos encontros sociais da cidade e ainda hoje continua sendo o centro do comércio de Teresina. Foi chamada de Passeio Público, tendo sido o primeiro local a receber energia elétrica e possuindo um jardim em estilo francês. Na praça, está a primeira coluna de relógio público da cidade, ainda hoje existente.

- Praça Pedro II – Compreende o Centro Artesanal Mestre Dezinho (antigo Quartel da Polícia Militar), Teatro 4 de Setembro, Cine Rex, a residência do primeiro deputado federal negro do Piauí (Francisco Freire de Andrade, que já hospedara Getúlio Vargas), o busto de Dom Pedro II e, no seu entorno, está o Clube dos Diários e o antigo prédio do Cine São Luís.

- Praça Saraiva – Possui a Igreja Nossa Senhora das Dores, Casa da Cultura de Teresina, Colégio Diocesano (Colégio São Francisco de Sales), anexo da Universidade Federal do Piauí (antiga Faculdade de Filosofia) e busto do Conselheiro Saraiva.

- Praça João Luiz Ferreira - Esta praça abriga o primeiro edifício da cidade, o prédio IAPC (Instituto de Assistência e Previdência dos Comerciantes) e a casa onde funciona a sede da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, tombada pelo patrimônio histórico municipal. Destaca-se pelos seus jardins e os postes em estilo colonial de sua iluminação.

- Avenida Antonino Freire – Os edifícios aqui contidos são a sede da empresa Correios e Telégrafos, Palácio de Karnak (Palácio do Governo) e casa do Ex-Governador Eurípedes de Aguiar. É a menor avenida do Brasil, com apenas duas quadras.

- Avenida Frei Serafim – Contém o Palácio Episcopal, Convento de São Benedito (Convento dos Capuchinhos), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Colégio das Irmãs), Hospital Getúlio Vargas, Edifício Chagas Rodrigues (Departamento de Estradas e Rodagem - DER), Estação Ferroviária, Quartel do 2º Batalhão de Engenharia e Construções (2º BEC), Centro Pastoral Paulo VI (antigo Seminário Diocesano Sagrado Coração de Jesus) e as estátuas, bustos e monumentos de Frei Serafim, Wall Ferraz, Getúlio Vargas, Petrônio Portela e monumentos em homenagem às ferrovias e o Cruzeiro.

De acordo com o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Teresina conta com um número de 17 monumentos tombados e outros de igual importância que ainda não passaram pelo processo de tombamento. Dentre eles, os mais importantes são: o Palácio de Karnak, a Igreja São Benedito, o Teatro 4 de Setembro, o Clube dos Diários, Cine Rex, o Museu do Piauí, a Estação Ferroviária, a Floresta Fóssil, a Casa da Cultura Barão de

Gurguéia, a Antiga Intendência de Teresina, a Biblioteca Crowel de Carvalho, a Casa de Dona Carlotinha, a Companhia Editorial do Piauí (Comepi), o Prédio da Prefeitura municipal, o Edifício Chagas Rodrigues(DER), o Grupo Escolar Gabriel Ferreira e o Grupo Escolar Mathias Olympio, todos de valor social e cultura inestimável, e de forte atratividade turística. A maior parte destes bens estão situados no Centro de Teresina.

Podemos afirmar que, o governo de Teresina, ao assumir o compromisso formal de seguir por uma gestão compartilhada dos problemas urbanos e ao definir como uma de suas prioridades o enfrentamento da questão da moradia, incorporou um discurso democrático e modernizou a própria estrutura burocrática, instituindo projetos urbanísticos e mecanismo de participação da sociedade civil.

Entretanto, Façanha (2007) faz uma crítica em relação as políticas de planejamento e desenvolvimento urbano de Teresina, afirmando que elas acabam por buscar uma hegemonia urbana favorável aos segmentos dominantes da dinâmica urbana local, alicerçada na aliança entre o poder público e os grupos privados.

Trata-se, na verdade, de uma Teresina vista pelo ângulo da construção de processos sócio-econômicos que adquirem conteúdos através dos shoppings centers, dos núcleos secundários relacionados ao setor de saúde, dos hotéis promotores de eventos regionais e dos corredores que já nascem carregados de sentido econômico (FAÇANHA, 2007, p.205).

Dessa forma, a autora critica as políticas de desenvolvimento urbano da cidade de Teresina, pois afirma que não estão tratando da garantia do direito a cidade sustentável, da função social da propriedade, da gestão democrática, da justa distribuição dos ônus e da adequação dos instrumentos de política econômica. Para Façanha (2007), a proposta de gestão democrática e participativa, que tinha como objetivo central responder as demandas urbanas e alterar o perfil socioeconômico de Teresina, não se concretizou.

### **O esvaziamento do espaço público e a revitalização**

No contexto debatido, é importante discutir as políticas urbanas, em especial a de Revitalização do Centro de Teresina, apreendida enquanto espaço público da cidade, o que remete a compreensão da própria vida urbana.

Segundo Vargas e Castilho (2009), os centros das cidades são identificados como lugares dinâmicos da vida urbana, animados pelo fluxo de pessoas, veículos e mercadorias decorrentes da marcante presença de atividades terciárias, transformando-se no referencial simbólico das cidades. Historicamente eleitos para a localização de diversas instituições

políticas e religiosas, os centros têm a sua centralidade fortalecida pela somatória de todas essas atividades, e o seu significado, por vezes, extrapola os limites da própria cidade.

Entretanto, de acordo com Andrade (2007), a vivência nos espaços públicos das cidades foi ofuscada pelo medo da violência. O próprio conceito de espaço público lida com isso, sofrendo cada vez mais esvaziamento, devido às pessoas estarem cada vez mais fechadas em seus universos privados, em suas casas, deixando, cada vez mais, de experimentar o bairro, a rua e a praça, lugares historicamente de manifestações e da cena urbana.

[...] A substituição da praça pelo interior das casas conforma o caos da atual “condição urbana”, movida pelo sentimento de insegurança e supervalorização do privado, características essas que proporcionam questionamentos acerca do conceito de espaço público e do significado da cidade (ANDRADE, 2007, p.21).

Cada vez mais, os sujeitos passam a não ter identidade com esses espaços urbanos pelos quais circulam, além de não trocarem mais experiências entre si, porque estão constantemente movidas pela pressa.

O esvaziamento do espaço público é um desafio de fundamental importância para a construção do sentido da cidade, pois é ele que lhe dá essência e garantia de liberdade. Um espaço que não pode se definir como de identidade, nem como relacional e nem como histórico, não pode ser definido como um lugar. Dessa forma, o espaço público só se configura enquanto lugar à medida que, dotado de vivências, passa a se configurar como referência ou identidade dos sujeitos que o experienciam. Daí que as praças e ruas, no contexto da cidade contemporânea, vão perdendo sua função de espaço público, para virarem apenas locais (ANDRADE, 2007).

Essa realidade não é diferente em Teresina. Podemos perceber que, apesar do movimento de reconstrução de vários espaços públicos do Centro da cidade e de sua memória, a identidade vai se perdendo. As praças já não se constituem enquanto lugares de trocas de experiências e identidade. Estão cada vez mais voltadas para o comércio e o ideário do consumo.

A cidade contemporânea está, cada vez mais, se distanciando de seu sentido de comunidade, entendido aqui como um lugar confortável e aconchegante, que permitisse saborear a liberdade, a segurança e a justiça social. A vida urbana, movida pela força do capital e da globalização, coloca diversos problemas e a urgência em resolvê-los. Dentre os problemas comuns nas grandes cidades atuais, cita-se a questão da segurança versus a violência, considerado um dos maiores problemas sociais vivenciados na vida urbana (ANDRADE, 2007).

Sá Filho (2007) ressalta que o centro da cidade de Teresina, durante muito tempo, era o espaço econômico e social mais ativo e atrativo, sobretudo quanto ao entretenimento. O autor ressalta que as praças tinham grande relevância nesse momento, como um espaço repleto de significados e que produz historicidade. Tal descrição, infelizmente, já condiz com a realidade da Teresina atual.

Dessa forma, podemos ver que as propostas de revitalização e preservação urbana aparecem de forma contraditória na realidade atual, pois buscam fazer com que práticas culturais e áreas citadinas, a exemplo dos antigos centros, se encaixem no presente, ajudando a tornar possível uma paisagem social e urbana contemporânea, na qual local e global se fundem mais do que nunca. Tal estado de relações e condições históricas se associa à criação de imagens tecidas de desejo, imaginário e estratégia quanto à singularidade e internacionalidade das cidades (SANTANA, 2007).

Já Adams (2002) afirma que esses remanescentes construídos que se mantêm ganham um novo significado, relacionado a seu valor simbólico. Eles tornam-se nossos patrimônios, adaptados ao novo contexto terciário que domina a realidade socioeconômica atual.

São, então, lembranças e testemunhos que a emoção e o apego de uns e a compreensão histórica de outros insistem em guardar e salvaguardar para outras gerações.

Ante as análises, entendeu-se que a cidade, enquanto mais que um mero lugar, está intimamente ligada a um conteúdo cultural e identitário, assim, não pode se dissociar da preservação de patrimônios históricos e de costumes que caracterizam um determinado grupo.

As medidas políticas formais e informais, como as previstas nos citados planos urbanísticos, apontam certas estruturas físicas e localidades como alvos carecedores de proteção, mas não prescrevem meios efetivos para a preservação da identidade do povo teresinense, que tem como maior expoente o próprio centro da cidade.

Através dessa pesquisa, percebeu-se a crescente preocupação por parte do poder público em atuar frente à preservação do centro de Teresina, devido à realização de diagnósticos, criação de projetos formalização de medidas. Entretanto, a preservação relegada ao primeiro plano voltou-se à estrutura física e organização do espaço comercial, tratando a região central como um mero lugar.

Desta forma, mais do que nortear as políticas para a adequação da produção e circulação de bens, como reflexo de um determinado desenvolvimento econômico, ou prever de forma infecunda a preservação de estruturas, deve-se buscar a preservação de seu elemento cultural e de costumes, pois só assim as cidades pode se individualizar, facilitando a resolução

de seus problemas específicos de maneira mais apropriada em prol de um progresso mais completo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A vontade política e a participação popular são aspectos fundamentais no processo de revitalização do Centro de Teresina, pois só com o empenho dessas duas forças pode haver uma melhoria das condições socioculturais e econômicas do local. Por isso, se faz necessária a união do poder público e do povo para dar início, verdadeiramente, à revitalização do Centro da cidade de Teresina, considerando-o como um espaço de convivência social, respeitando suas características e sua funcionalidade em relação ao desenvolvimento urbano.

A valorização do patrimônio histórico-cultural na cidade de Teresina terá um maior avanço se houver uma plena conscientização por parte de toda a sociedade e dos órgãos públicos do seu significado na construção da identidade local e da importância da conservação e divulgação dos bens culturais. Acredita-se que através do reconhecimento do patrimônio e das tradições culturais será possível desenvolver a atividade turística cultural na região, gerando uma diversidade de benefícios sociais e econômicos para todos os agentes envolvidos em um mesmo intuito.

Por fim, o debate e a reflexão sobre essa temática se mostra como de suma importância no intuito de reafirmar, tanto para aqueles que planejam a cidade e a administram quanto para os que nela residem, o desafio de tornar sua realidade sócioespacial mais igualitária, menos fragmentada, e, principalmente, para se consolidar enquanto espaço de cultura e identidade dos cidadãos da cidade de Teresina. A revitalização do Centro de Teresina é um processo constante que envolve a construção da própria cidade, um momento interminável.

## **REFERÊNCIAS**

ADAMS, Betina. Preservação urbana: gestão e resgate de uma história. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

ANDRADE, Carlos Sait Pereira de. Sentidos e nexos conceituais da cidade contemporânea. In: LIMA, Antonia Jesuíta de (Org). Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p.13-26.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAVES, Monsenhor. *Obra Completa*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

FAÇANHA, Antonio Cardoso. Planejamento estratégico e mercado urbano: Teresina em questão. In: LIMA, Antonia Jesuíta de (Org). *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p.199-212.

KISHIMOTO, Emília Mariko; MARINHO, Marcelo; RUSSEFF, Ivan. *Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento*. Interações, Campo Grande, vol.3, n.4, p.35-42, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MELO, Alcília Afonso de Albuquerque e. *Arquitetura em Teresina: 150 anos; da origem a contemporaneidade*. Teresina: Halley, S/A Gráfica e Editora, 2002.

SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. A cidade do anoitecer ao romper da aurora. In: LIMA, Antonia Jesuíta de (Org). *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p.27-47.

SANTANA, Raimunda Nonata do Nascimento. Urbanidade e segregação: usos do território, modos segregados de moradia e imagens urbanas em São Luís, cidade patrimônio cultural da humanidade. In: LIMA, Antonia Jesuíta de (Org). *Cidades brasileiras – atores, processos e gestão pública*. Belo Horizonte: Autentica, 2007. p.49-73.

SIQUEIRA, Luzia Maria Trigo. *O centro da cidade de Teresina: lugar de lembranças de velhos moradores e moradoras*. UFPI, 2009. (Monografia).

TERESINA. *Agenda 2030. Teresina 2000 à 2010. Avançando para o Futuro. Diagnóstico - Avanços - Desafios*. Secretaria Municipal de Planejamento e Avaliação de Teresina. Prefeitura de Teresina. 2013

TERESINA. Lei nº 3.558, de 20 de outubro de 2006. Prefeitura Municipal de Teresina.

TERESINA. Lei nº3.602, de 27 de Dezembro de 2006. Prefeitura Municipal de Teresina

TERESINA. Lei Municipal no 3.151, de 23 de dezembro de 2002. Institui o Plano de Desenvolvimento Sustentável –Teresina. Agenda 2015 como Plano Diretor de Teresina. Portal da Prefeitura Municipal de Teresina. Disponível em: <[www.teresina.pi.gov.br/legislacao](http://www.teresina.pi.gov.br/legislacao)>. Acesso em abril de 2013.

VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luisa Howard. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. In: VARGAS, Heliana Comim; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. 2. ed. Ver. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.

VAZ, Lilian Fessler. *Regeneração Cultural em cidades do terceiro mundo*. Encontro anual da Latin American Studies – LASA, Las Vegas – Nevada, 2004.